

# Sophia de Mello Breyner

## Palavras de Sophia, hoje

António Carlos Cortez

■ 1944, 1954 e 1958. Três datas, três livros. O mesmo tempo. Sophia de Mello Breyner publica (1919-2004) em 1944 a sua primeira coletânea, intitulando-a de *Poesia*. É todo um projeto. O discurso poético surge como trabalho que se basta a si mesmo, ainda que a possibilidade desta escrita ser autotélica não signifique fechamento ao mundo, antes pelo contrário. Sophia abre caminho a um empenhamento que, tendo pouco que ver com o neorealismo, une preocupações de linguagem com preocupações sociais. O «presencismo» e a poesia da geração de 37 serão sabiamente ultrapassados pelo lado mais inesperado talvez – é que Sophia de algum modo reencontra em Pessoa/Reis o caminho a seguir. E por isso o título – emblema *Poesia*, na sua aparente simplicidade, pretende sublinhar a densidade da palavra poética a par da sua estrutural dimensão metafísica. É um lexema que comporta uma irradiação simbólica e que, como tal, exige a releitura, hoje em 2013, sobre o legado que a autora de *O Nome das Coisas* nos deixou. A reedição dos três livros de que a seguir nos ocuparemos é o pretexto para equacionar o lugar que Sophia ocupa, quando se aproximam os dez anos do seu desaparecimento. Com chancela da Assírio & Alvim, esta coleção das suas obras é dirigida por Carlos Mendes de Sousa e em boa hora poderá o leitor (re)conhecer uma das vozes cimeiras da

segunda metade de novecentos.

Que é, pois, a palavra de Sophia? Antes de mais: Uma palavra que se ergue, com tal evidência, no meio das ruínas, que o fazer da poesia pressupõe a conquista de uma dicção cristalina e a crença no poder restaurador do verbo na cidade em fragmentos. A época em que Sophia nasce para a arte é uma época estilizada por uma guerra mundial que, entre nós, continuará num ambiente cada vez mais fechado e de terror, conduzindo o país à Guerra Colonial, em 1961. A esse anquilosamento da linguagem procurará responder, em extensão e profundidade, a autora de «Porque». Aos desafios dessa época que exigia não só uma estética, mas uma ética, Sophia responderá com a coragem da imaginação conciliada com o rigor, edificando para si um reino «Que os [seus] sonhos antigos desejavam».

Que o plano da criação literária é concomitante ao plano da ação cívica, eis o que não sofre contestação ao olharmos para a sua obra, mas importa ver como nestes três livros, agora reeditados, se espelha a luta entre poética e política, binómio em torno do qual *Poesia* (1944), *No Tempo Dividido* (1954) e *Mar Novo* (1958) se articulam, a par de uma vontade de intervenção nos desígnios da cidade; intervenção só possível através da poesia («Cidade, rumor e vaivém sem paz das ruas / O vida suja, hostil, inutilmente gasta, / Saber que existe o mar e as praias suas [...] / E eu estou em ti fechada e



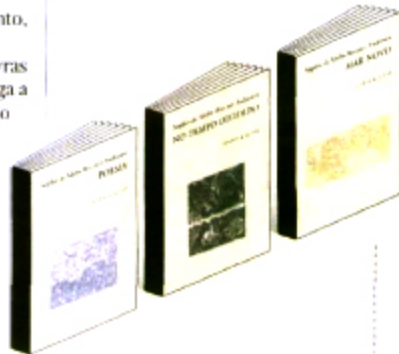
Sophia *Desejo de supração poética*

apenas vejo / Os muros e as paredes, e não vejo / Nem o crescer do mar, nem o mudar das luas» (p.38).

Pedro Eiras, autor do prefácio a *Poesia* dirá que «O século de Sophia abre com a *Carta de Lord Chandos*, de Hofmannsthal: confissão da impotência da linguagem perante a

existência, renúncia do pensamento, doença da língua.» (p.12). É essa consciência da fratura entre palavras e coisas que, de certo modo, obriga a recuperar – se certo halo romântico que, sendo mediado pela reflexão sobre o fazer verbal, não deixa de ser também procura da exaltação ou da inspiração plenas que dão ao poema uma força demiúrgica. Essa força é feita de rigor expressivo e de ideal e mesmo quando escreve «Não esqueças nunca Treblinka e Hiroshima / O horror o terror a suprema ignomínia» não podemos esquecer que é a mesma autora quem, nas artes poéticas declara, mais tarde, que a poesia é uma exigência e um pacto da poesia consigo mesma e que todo o artista, sendo «artesão de uma linguagem» tem de estar atento «como uma antena» às coisas do mundo. A pesquisa incessante dum dizer cada vez mais justo e limpo, instaura o desejo de redenção do Homem, animal de linguagem. Anjo caído que corrompeu a fala e prostituiu as palavras, a poesia parece ser o único meio possível para se ganhar uma liberdade livre que o espaço urbano tolhe. O poeta é aquele que, para além de perseguir uma pureza linguística não se exime a despir as palavras da sua literatura, espécie de vivente, o único capaz de anunciar uma «pátria nunca vista» com o seu «olhar azulado de visões», como se lê em «O Vivente».

Nesta perspetiva, há como que um regresso à ságeza ingénuo (que sabemos ser fingimento) dum Caetano, heterónimo que funda, entre nós, o fazer poético como sinónimo de concretude e pureza. É ele o primeiro a querer as palavras despidas da sua literatura. Esta lição traduz-se num combate «contra a língua petrificada» do século, e suscita a invenção de um novo discurso, pautado pela escolha vocabular, pela



► *Sophia de Mello Breyner Andresen*  
**POESIA**

Assírio & Alvim, 96 pp, 12,20 euros

**NO TEMPO DIVIDIDO**

Assírio & Alvim, 72 pp, 12,20 euros

**MAR NOVO**

Assírio & Alvim, 96 pp, 12,20 euros

retidão/exactidão das imagens, por certa escassez e vigilância verbais. Mergulhando no mundo e nessa noite simbólica que reenvia a também a Alvaro de Campos, a noite de Sophia não é já a anteriana noite do pensamento, mas sim e a noite silenciosa e criadora da palavra renovada, espécie de reduto/refúgio, de onde se pode ver a desumanização do humano. Mas a noite de Sophia é também a noite que inspira à compreensão do mistério de existir. E é ainda a noite «feita de sombra e luz, terror e calma / Que é perfeito acorde da [sua] alma». Em outros momentos será a noite sinónimo de treva, de medo e de cegueira, aludindo à longa noite do fascismo (em *Mar Novo* falará da noite «Densa de chacais / Pesada de amargura»).

O poema constrói-se como se fosse a convocação da comunidade para que esta lute contra os despo-

tismos. Certo tom elevado, por vezes grandiloquente, não deixa de estar patente em inúmeros poemas dos três livros em apreço, assim como o olhar retrospectivo quanto a um passado que, mitificado, pode animar o presente («Que no largo mar azul se perca o vento / E nossa seja a nossa própria imagem. // Desejo de conhecimento / As tempestades deram-nos passagem», escreve em *No Tempo Dividido*). Marcada também por um latente panteísmo, estabelece-se entre a natureza livre (a praia, o mar, as ondas) e o poema (espaço branco, lugar da livre correspondência e circulação das palavras) uma aliança indestrutível, reenviando a Ricardo Reis, a faceta de Pessoa que melhor conflui com o desejo de «perfeição, pureza e harmonia» entre o que se escreve e o que se vive. A fonte originária dessa palavra luminosa é condição necessária para se afirmar: «Irei até às fontes onde mora / A plenitude, o límpido esplendor / Que me foi prometido em cada hora / [...] // Irei beber a luz e o amanhecer, / Irei beber a voz dessa promessa / Que às vezes como um voo me atravessa, / E nela cumprirei todo o meu ser.».

Em *Poesia*, seu livro de estreia, consubstancia-se já, muito do que a sua obra virá a ser, e que os volumes de 1954 e de 1958 comprovam.

Fernando J. B. Martinho, no prefácio a *Mar Novo*, insiste no fundo iminentemente político dessa reunião. Sophia, diz, faz aqui a sua poesia testemunhal. *Mar Novo* – projeto de arquitetura, vencedor do concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres, em meados de 50, e levado a cabo por João Andresen, irmão da autora, em coautoria com Júlio Resende e o escultor Barata-Feyo – é a homenagem «àqueles que [...] representavam a linha clara e criadora / Do nosso rosto voltado para o dia». Político, mas também de funda inquietação

religiosa, esse livro, na sua tripartição, pode ser lido como reflexão sobre o mal e a angústia quanto a um Deus alheado do Homem. Em face desse Deus vencido, diz-nos J. B. Martinho, o conflito resolve-se com a certeza de que «Deus é no dia uma palavra calma». Na circunstância, *Mar Novo* repercute a atmosfera desses finais dos anos 50. Publicado no mesmo ano das eleições de Humberto Delgado – e coevo das estreias de Herberto e Ramos Rosa –, esse é um volume que prepara o que, na década seguinte, vem a ser, com «Poesia 61», o «novo discurso» assente na palavra como núcleo intensificador do texto poético. Uma palavra necessariamente nova porque em revolta com o uso quotidiano da língua.

Elegíaco, implícita ou explicitamente sobre a morte, é o desengano que domina, por outro lado, o sujeito dos poemas de *Mar Novo*. «Meditação do Duque de Gandia sobre a morte de Isabel de Portugal» é disso exemplo modelar. Sophia edifica, numa mesma «Vontade de Negar» a vitória da morte sobre a vida ou da tirania sobre a liberdade, o poema como «casa limpa» e se em 1958 a expressão política é reveladora duma poética em processo de (re)volução, cerca de quatro anos antes, já Sophia de Mello Breyner nos conduzia – nos à interpretação do nosso tempo em *No Tempo Dividido*. A reflexão sobre a dialética do tempo, da vida e da morte, eis algumas das coordenadas fundamentais apontadas por Federico Bertolazzi, prefaciador desse livro de 1954. Sublinha Bertolazzi que a vivência do tempo é, pela poesia, tentativa de abolição da efemeridade humana e que este é um livro que, na sua estruturação, de algum modo mostra o modo como Sophia concebia cada livro como imagem do tempo, substância que ela quis habitar num desejo de superação poética. **.it.**